

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Demonstrações Financeiras

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

31 de dezembro de 2021 e

31 de dezembro de 2020

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Goiânia – GO, 28 de junho de 2022.

Aos acionistas da

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **CERRADO SECURITIZADORA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 10 de junho de 2019 de acordo com as leis brasileiras vigentes e tem como objetivo social (I) securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades.

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

Diretor Presidente
Eraldo Benedetti

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Balço Patrimonial dos Períodos findos em:

(Em Reais)

ATIVO**Ativo Circulante**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	265.135	325.771
Direitos creditórios	6	4.109.545	3.532.149
Impostos a Compensar		4.217	7.952
Outros créditos		6.111	8.845
Total do Ativo Circulante		4.385.008	3.874.717

Ativo não Circulante

Investimentos	7	28.708	6.872
Total do Ativo não Circulante		28.708	6.872

4.413.716 **3.881.589****PASSIVO****Passivo Circulante**

Adiantamentos	8	72.038	36.508
Obrigações tributárias		5.416	5.193
Total do Passivo Circulante		77.454	41.701

Passivo não Circulante

Debêntures	9	4.573.181	4.085.698
Total do Passivo não Circulante		4.573.181	4.085.698

Patrimônio Líquido

Capital Social	10	10.000	10.000
Reserva de lucros		(246.919)	(255.810)
Total do Patrimônio Líquido		(236.919)	(245.810)

TOTAL DO PASSIVO**4.413.716** **3.881.589**

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Demonstração do Resultado dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas operacionais		999.139	671.101
Receita de Securitização		829.467	530.440
Receita de Serviço		169.672	140.661
(-) Custo de Captação		(40.652)	(18.664)
(-) Deduções da Receita		(50.218)	(34.674)
Receita operacional líquida		908.269	617.763
Despesas Operacionais	11		
Despesas gerais e administrativas		(867.961)	(816.989)
Total das despesas operacionais		(867.961)	(816.989)
Lucro antes do resultado financeiro		40.308	(199.226)
Despesas Financeiras		(42.632)	(47.796)
Receitas Financeiras		24.551	13.697
Resultado financeiro líquido	12	(18.081)	(34.099)
Resultado antes das provisões		22.227	(233.325)
(-) Provisão para contribuição social		(1.400)	
(-) Provisão para imposto de renda		(2.334)	
Lucro líquido do período		18.493	(233.325)

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - períodos findos em:

(Em reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	10.000	(23.885)	(13.885)
Resultado do Exercício		(233.325)	(233.325)
Ajuste de exercícios anteriores		1.400	1.400
Saldo em 31/12/2020	10.000	(255.810)	(245.810)
Resultado do Exercício		18.493	18.493
Ajuste de exercícios anteriores		(9.602)	(9.602)
Saldo em 31/12/2021	10.000	(246.919)	(236.919)

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Demonstração do Fluxo de Caixa dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	22.227	(233.325)
Ajustado por:		
Remuneração debêntures	607.483	787.748
Ajuste de exercício anterior	(9.602)	1.400
	<u>620.108</u>	<u>555.823</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios	(577.396)	(1.253.149)
Impostos a compensar	3.735	(2.958)
Outros créditos	2.734	(8.845)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Fornecedores		(6.658)
Adiantamentos	35.530	(80.778)
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	223	3.450
Caixa usado nas operações	<u>84.934</u>	<u>(793.115)</u>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(3.734)	
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>81.200</u>	<u>(793.115)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Investimentos	(21.836)	(6.476)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	<u>(21.836)</u>	<u>(6.476)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(60.000)
Integralização de Debêntures		787.662
Resgate de Debêntures	(120.000)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>(120.000)</u>	<u>727.662</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(60.636)</u>	<u>(71.929)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	325.771	397.700
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	265.135	325.771

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021 COMPARATIVAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cerrado Securitizadora S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, criada em 01 de julho de 2019, e tem como objeto social a securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Anhanguera, número 5.674, QD. 74, Lote 9A/11, sala 807, Setor Central, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.043-011.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita**i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de

despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos,

bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	10.978	11.810
Bancos conta movimento	254.157	313.961
Total de caixa e equivalentes de caixa	265.135	325.771

6) DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Neste ano a companhia optou pela não realização da provisão para devedores duvidosos.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Direitos Creditórios a Receber	4.109.545	3.532.149
Total dos Direitos Creditórios a Receber	4.109.545	3.532.149

7) INVESTIMENTO

O saldo presente na conta "Investimento" é formado por consórcios adquiridos, dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Consortio Bradesco Matriz	4.194	4.194
Consórcio Bradesco Filial II	15.409	2.678
Consortio Bradesco Filial I	9.105	
Total de investimentos	28.708	6.872

8) ADIANTAMENTOS

O saldo presente na conta "Adiantamento" é formado por Adiantamentos de Clientes, dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de Cliente Matriz	20.206	20.206
Adiantamento de Cliente Filial I	22.344	16.302
Adiantamento de Cliente Filial II	29.488	
Total de Adiantamentos	72.038	36.508

9) DEBÊNTURES

A Companhia realizou 03 (três) emissões de debêntures até o encerramento do exercício, sendo assim:

- A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 09 (nove) de julho de 2019, onde foram emitidas 1.000 (Mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em duas séries. As debêntures terão vencimento de 120 (cento e vinte meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As debentures da 1ª série farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 50% (cinquenta por cento). Já as debêntures da 2ª série farão jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- A 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 07 (sete) de agosto de 2019, onde foram emitidas 1.000 (Mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em duas séries. As debêntures terão vencimento de 120 (cento e vinte meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As debentures da 1ª série farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 50% (cinquenta por cento). Já as debêntures da 2ª série farão jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- A 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 06 (seis) de novembro de 2019, onde foram emitidas 1.000 (Mil) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$10.000.000,00 (Dez milhões de reais), realizada em duas séries. As debêntures terão vencimento de 120 (cento e vinte meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. As

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

debentures da 1ª série farão jus à remuneração variável e será calculada com base no desempenho dos títulos da sua respectiva carteira e garantia, descontando a taxa de administração de 50% (cinquenta por cento). Já as debentures da 2ª série farão jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
1ª (primeira) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 1ª emissão	(9.650.000)	(9.600.000)
Remuneração – 1ª emissão	184.340	134.340
2ª (segunda) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 2ª emissão	(8.520.000)	(8.420.000)
Remuneração – 2ª emissão	1.068.029	664.122
3ª (terceira) emissão	10.000.000	10.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 3ª emissão	(9.020.000)	(9.000.000)
Remuneração – 3ª emissão	510.812	307.236
Total de títulos e valores mobiliários	4.573.181	4.085.698

10) PATRIMONIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), totalmente integralizado, representado por 10.000 (Dez mil) ações ordinárias sem valor nominal.

Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto

A Companhia encerrou o exercício com o passivo a descoberto em R\$ 236.919 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e dezenove reais), valor esse que deverá ser revertido nos próximos exercícios a medida em que a companhia apurar seus lucros.

11) RESULTADO OPERACIONAL

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

Descrição (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	908.269	617.763
Receita de Securitização	829.467	530.440
Receita de Serviços	169.672	140.661
(-) Custo de Captação	(40.652)	(18.664)
(-) PIS	(6.655)	(4.448)
(-) COFINS	(40.955)	(27.374)
(-) ISS	(2.608)	(2.852)
Despesas operacionais	(867.961)	(816.989)
Despesas operacionais	(867.961)	(816.989)
Resultado operacional líquido	40.308	(199.226)

12) RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras	24.551	13.697
Juros de Aplicações Financeiras	16.187	
Descontos obtidos		4.351
Juros Ativos	8.364	9.346
Despesas Financeiras	(42.632)	(47.796)
Juros Passivos	(17)	
Multas Passivos	(25)	(3)
Despesas Bancárias	(42.590)	(47.793)
Resultado financeiro líquido	(18.081)	(34.099)

13) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios

CERRADO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 34.074.371/0001-30

a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face.

Debêntures (nota 9): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Goiânia – GO, 28 de junho de 2022.

Eraldo Benedetti
Diretor Presidente

Sebastião Espindola de Melo
Diretor Vice-Presidente

Divina Helena de Souza
Contadora - CRC/GO – 7010